

QUANDO PISO EM FLORES



PPGS UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



QUANDO PISO EM FLORES



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Fotos de Jesus Marmanillo Pereira e

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Alana Maria Cerqueira de Oliveira – Instituto Federal do Acre

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Ana Paula Florêncio Aires – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná



Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof. Dr. Miguel Adriano Inácio – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista



Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Clodomir Cordeiro de Matos Júnior
Karina Almeida de Sousa
Wheriston Silva Neris

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M433 Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de
Quando piso em flores: cidades, representações sociais e
experiências na Amazônia Maranhense /
Organizadores Clodomir Cordeiro de Matos Júnior,
Karina Almeida de Sousa, Wheriston Silva Neris. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0539-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.399220209>

1. Ciências Sociais. 2. Saúde. 3. Tecnologia. I. Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de (Organizador). II. Sousa, Karina Almeida de (Organizadora). III. Neris, Wheriston Silva (Organizador). IV. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



“Quando piso em flores
Flores de todas as cores
Vermelho sangue, verde-oliva, azul colonial
Me dá vontade de voar sobre o planeta
Sem ter medo da careta
Na cara do temporal.”

Boi de Haxixe, Zeca Baleiro, 1999.

APRESENTAÇÃO

O livro *Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia maranhense* é fruto dos esforços dos/as docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). O programa está vinculado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na cidade de Imperatriz, município localizado na região Sudoeste do Maranhão, porção do estado que compreende a parte maranhense da Amazônia Brasileira.

O PPGS iniciou suas atividades em 05 de setembro de 2018, quando da sua aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), e tem em seu quadro docente profissionais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dos campi de Imperatriz, Bacabal, São Bernardo e São Luís, e da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus Tocantinópolis.

Este livro ganha importância inaugural por ser a primeira coletânea organizada pelos(as) docentes e discentes que compõem o PPGS, dando vazão e forma às múltiplas agendas e temas que permeiam as duas linhas de pesquisa do programa e os interesses investigativos do grupo. Nessa perspectiva, o livro representa um dispositivo capaz de dar visibilidade à produção realizada no âmbito da universidade pública.

*Quando piso em flores*¹: *cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense* é o nome que escolhemos para nossa primeira publicação, pois de forma simultânea nos remete a dois contextos distintos e intercambiados. Pisar sobre flores é, de certa forma, uma boa metáfora para as experiências de um programa de pós-graduação em seus anos iniciais, principalmente quando nos voltamos para os desafios de propor, aprovar e consolidar cursos dessa natureza no interior do estado do Maranhão, ao mesmo tempo circunscrito no Nordeste brasileiro e na Amazônia Legal², território marcado por grandes desigualdades em relação ao restante do Brasil. Nessa perspectiva, caminhar com cuidado e solidez também é nosso desafio, pois estamos envolvidos em um processo de implantação de um programa de pós-graduação em regiões de baixa oferta de vagas nesse nível de formação, fruto da desigualdade histórica do sistema de ensino e da produção científica no país.

Além disso, esse título traduz nosso cotidiano pessoal e profissional durante esses dois anos e meio de suspensão de nossas atividades presenciais devido à necessidade

1. Verso extraído da música *Boi de Haxixe*, composta por Zeca Baleiro para o álbum *Vô Imbolá* (1999).

2. A Amazônia Legal, instituída pela Lei Federal 1.806/1953, engloba nove estados do Brasil e foi instituída pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica.

de isolamento físico associado ao enfrentamento da pandemia causada pelo SARS-CoV-2³. Durante esse momento nossas atividades profissionais, aulas, orientações, pesquisas, reuniões e encontros de corredores passaram a ser mediados por tecnologias estranhas para quase todos nós, docentes, discentes, gestores e técnicos administrativos da universidade. O cuidado com o qual se pisa em flores, nessa ótica, traduz parte do nosso caminhar coletivo, que apesar de solitário é sensivelmente resistente e esperançoso.

O livro está dividido em três sessões e materializa o trabalho de uma rede de pesquisadores que tem se mobilizado na construção de interpretações e reflexões a respeito do estado do Maranhão e da chamada região tocantina, marcada por fronteiras e transições entre as regiões Norte e Nordeste do país. Seu conteúdo é permeado por artigos produzidos a partir de dissertações defendidas em 2021 por nossa primeira turma de formandos e por trabalhos elaborados em diálogo com pesquisas que estão em andamento no programa. Promovendo a divulgação e circulação desse material, rico em aportes teóricos e metodológicos produzidos sob os mais diferentes ângulos e perspectivas, pretendemos contribuir com a produção do conhecimento científico em terras maranhenses, estimulando debates e reflexões sobre os múltiplos objetos e temas que permeiam as páginas que compõem esse livro.

Esperamos que a publicação desse volume possa contribuir para a difusão do conhecimento e servir de fonte de consulta para pesquisadores, gestores públicos e planejadores de políticas públicas, contribuindo de maneira sensível para o desenvolvimento do Estado e o alargamento de seus preceitos democráticos⁴.

A primeira parte do livro, intitulada *Cidades, Representações Sociais e Experiências Urbanas na Pandemia*, agrupa quatro artigos escritos por professores e discentes do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, Maranhão. Os capítulos desta etapa inicial do livro versam, através de diferentes abordagens teóricas e do manejo de repertórios metodológicos multifacetados, sobre as cidades, os sujeitos que lhe dão forma e suas experiências, especialmente durante a crise sanitária associada à Pandemia do COVID-19.

3. O coronavírus SARS-CoV-2 é responsável pela Covid-19, uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de alcance global.

4. A publicação do livro contou com o inestimável financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPE-MA) através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) e Apoio aos Programas de Pós-Graduação Emergentes e em Consolidação em Áreas Prioritárias no Estado (Edital 18/2020).

O artigo que abre nossa obra, *Notas introdutórias sobre as Cidades na literatura sociológica clássica*, escrito por Angélica Lima Melo e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, apresenta de maneira sumária, com grande valia para os leitores que pretendem percorrer os passos do processo de legitimação das cidades e seus sujeitos como objeto das Ciências Sociais, algumas das contribuições de autores de significativa importância para a formação da Sociologia enquanto ciência. Explorando, de maneira introdutória, algumas das principais obras de autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Émile Durkheim, Max Weber e George Simmel, o texto abre aos neófitos e estudiosos das cidades o acesso a alguns dos aportes teóricos e metodológicos decisivos para sua compreensão sob uma perspectiva sociológica. Trilhando os caminhos que permitiram que os estudos sobre as cidades, antes objetos presentes de maneira transversal em muitos escritos da área, ganhassem legitimidade e importância na área da nascente ciência social, ganha destaque no texto de maneira sensível a compreensão das múltiplas transformações, sujeitos e questões que emergem associados às dinâmicas das cidades contemporâneas. Desprendendo-se das dinâmicas do campo, o homem da cidade rompe com suas formas de vida anteriores a partir da fluidez e ritmo da vida urbana, forjando arranjos culturais, sociais, econômicos, políticos e trabalhistas que transformam as formas de viver e compreender os contextos citadinos.

O segundo capítulo dessa sessão, intitulado *Estigmatização Territorial: a ocupação urbana da Vila Esperança em Imperatriz - MA* e escrito por Glenda Almeida Matos Moreira e Jesus Marmanillo Pereira, examina os processos de construção social dos estigmas relacionados aos territórios na cidade de Imperatriz através das experiências da ocupação urbana da Vila Esperança. Valendo-se de uma metodologia multissituada, que envolveu uma etapa etnográfica, contatos virtuais e pesquisas em arquivos, especialmente documentos históricos e fontes jornalísticas, os autores revelam como questões ligadas à posse da terra e relatos acerca da violência passam a compor o repertório de representações acionados nas narrativas acerca da comunidade e seus moradores, traçando hierarquias e fronteiras simbólicas em torno dos espaços das cidades e seus sujeitos. Adentrando o campo dos estudos dos estigmas (GOFFMAN, 2008) por meio das representações que permeiam reportagens jornalísticas, relatórios oficiais e discursos de lideranças locais, narrativas permeadas pelas categorias “invasão”, “ocupação”, “bairro” e/ou “comunidade” nos remetem, segundo os autores, a conflitos, interesses e disputas classificatórias em torno das maneiras de “viver na” e “ocupar a” cidade de Imperatriz, região sul do Estado do Maranhão.

O terceiro capítulo dessa primeira parte do livro, *As modificações no consumo de Panelada⁵ em Imperatriz - MA durante a Pandemia de Covid-19*, escrito por Greacy Kelly

5. A panelada é uma preparação cozida feita a partir dos miúdos de gado muito apreciada em alguns estados do Brasil,

Rodrigues Azevedo e Emilene Leite de Sousa, apresenta, de maneira sensível e pontual, algumas das questões que envolveram as transformações das dinâmicas alimentares e das práticas de consumo dos moradores da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social acionado no combate ao Covid-19.

Analisando o perfil do público consumidor desse tradicional prato do Nordeste do Brasil, seus espaços de consumo distribuídos pela cidade e as mudanças que permeiam as práticas alimentares durante a Pandemia por meio de uma pesquisa que envolveu etapas qualitativas e quantitativas, as autoras aportam questões significativas para os estudos sobre a interface entre alimentação, cultura e sociedades. Ao identificar transformações significativas nas dinâmicas de consumo da panelada, especialmente quando são colocados em tela espaços, horários e frequências, o texto nos permite compreender, sob a ótica dos habitantes de uma cidade do Sul do Maranhão, os sentidos e as conexões entre comida, tradição e consumo durante uma crise sanitária de proporções ainda incalculáveis.

O último capítulo dessa sessão inicial, *Motoristas Urbanos em tempos de Covid-19: representações sobre cotidiano, medo e trabalho em Imperatriz, Maranhão, Brasil*, escrito por Ana Paula Pinto Pereira e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, analisa as experiências e representações dos motoristas urbanos, especialmente aqueles que trabalham por aplicativos, da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social estimulado pelo combate à Pandemia do Covid-19.

Explorando as narrativas e representações desses sujeitos acerca das questões econômicas, sociais e culturais que envolvem o exercício de suas atividades por meio da aplicação de questionários com esses interlocutores, os autores revelam alguns dos sentidos associados ao “mundo do trabalho” e suas possibilidades durante um período que envolveu profundas transformações em suas rotinas de trabalho, rendimentos e expectativas. Através das narrativas e impressões desses sujeitos acerca do cotidiano, seus medos e relações de trabalho durante o período de isolamento social, alguns dos ajustes comportamentais e subjetivos possíveis durante a Pandemia ganham forma, aguçando o olhar sociológico para a compreensão dos sujeitos responsáveis pelo transporte urbano de pessoas no Maranhão durante a presente crise sanitária.

A segunda parte do livro reúne quatro artigos escritos, igualmente, por professores, orientandos e/ou colaboradores do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal

do Maranhão, Campus de Imperatriz, agrupados aqui em torno dos seguintes eixos temáticos: *Grupos Étnicos, Religiões e Narrativas de Resistência na Fronteira Amazônica Maranhense*. Antes que a leitura dos textos submeta ao leitor o veredicto sobre a melhor forma de organizá-los, parece-nos que apresentar alguns motivos que justificariam esse modo de exploração das suas afinidades substantivas constituiria um bom guia de leitura. Apenas três, a título de sugestão e para não sermos muito longos.

Começaríamos, em primeiro lugar, pela sensibilidade manifestada aos modos de produção de saberes e conhecimentos contextualizados, o que constitui um convite para que os leitores exercitem a escuta compreensiva e experimentem escalas e perspectivas variadas de observação que não necessariamente correspondem às suas. Antes de um obstáculo, a pluralidade dos marcos teóricos e a interdisciplinaridade intrínsecas favorecem, por seu turno, a inventividade das escolhas metodológicas, construindo um cardápio variado e pedagogicamente útil sobre a construção de objetos sociológicos. Por fim, e não menos importante, os autores ocupam uma posição epistemológica que não deixa de ter afinidades com o próprio lugar social e institucional dos pesquisados. Desse lugar, não apenas conseguem ecoar as vozes de subjetividades resistentes, dotadas de graus variáveis de reflexividade, como também articular-se aos debates e tendências mais recentes no universo cada vez mais plural e diversificado das Ciências Sociais contemporâneas.

Essas diferentes dimensões de análise estão presentes desde o primeiro dos capítulos desta seção, *Indígenas Krikati e mulheres quebradeiras de coco babaçu na Amazônia Maranhense*, de autoria de Francisca Regilma, Leandro Araújo e Vanda Pantoja, o qual analisa comparativamente as formas de existência e resistência de dois grupos extrativistas, subalternizados, na/da fronteira amazônica maranhense, a saber: os indígenas pertencentes à Etnia Krikati e as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Para responder à questão primeira de saber como esses sujeitos narram, concebem, vivenciam as experiências de ameaças e conflito e se autodefinem para defender sua existência, os autores nos convidam para um desafiante, rigoroso e sensível exercício de imaginação sociológica.

Desafiante, em primeiro lugar, pela tentativa de desenvolver uma escuta atenta às similaridades e particularidades de dois grupos subalternos que elaboram, em diversos níveis e graus, formas de resistência política contra as múltiplas opressões a que são sujeitos. É aqui, inclusive, que encontramos a validade da proposta dos autores de conceber essas ações de resistência tanto em um plano que qualificam de *infrapolítico*, ou seja, em suas formas e manifestações mais comunitárias, cotidianas, discretas e/ou silenciosas; quanto em suas dimensões, digamos, mais *estritamente políticas*, posto que acionadas em

situações de mobilizações coletivas publicizadas, em conexão com o universo ordinário da representação política especializada ou sob formas reconhecidamente políticas (movimentos, sindicatos, organizações, associações, etc.).

Para enfrentar tal natureza de questões, em segundo lugar, o leitor será convidado para um exercício relativamente rigoroso de compreensão das bases teóricas da pesquisa (perspectiva crítica, decolonial), da metodologia empregada (método etnográfico) e do *corpus* conceitual que subsidia a proposição de um outro olhar sobre os sujeitos e sujeitas da pesquisa. É com base nesse conjunto articulado que os autores visam compreender como estes realizam a mediação entre esferas sociais, elaboram estratégias diferenciadas e adaptáveis face às políticas públicas, os quais não apenas dão mostras das “subjetividades resistentes”, “ativas”, como também constituem uma contribuição para pensar a própria construção de “conhecimentos localizados”, contextuais.

Trata-se aqui, sem dúvida, da exploração de uma perspectiva sensível à pluralidade epistemológica do mundo, dentro da qual se inclui a dos próprios pesquisadores, que também se esforçam para problematizar suas próprias experiências e lembranças como sujeitos e sujeitas que compartilham de memórias camponesas e coabitam o espaço recortado. A fronteira mencionada demarca, portanto, não apenas um lugar de conflitos, de exploração, de ausência de empatia e de produção de alteridades; ela delimita tanto um lugar de existência, resistência e sonhos, como também uma escala de observação e reflexão epistemológicas.

Essa mesma sensibilidade é encontrada no próximo artigo da seção, intitulado “*NOSSA CASA ERA O CHAPÉU*”: *Mobilidade e parada como questões para compreender os ciganos Calon em São João do Paraíso (MA)*, de autoria de Janeide Cavalcante, Wellington Conceição e Edilma Monteiro. O objetivo da pesquisa é analisar a construção da identidade dos ciganos na cidade de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, tendo em vista uma série de representações estereotipadas e etiquetagens que lhes são atribuídos pelos moradores da referida cidade. Metodologicamente a pesquisa recorre a entrevistas e à observação direta com duas famílias ciganas, a fim de compreender os condicionantes da presença e as motivações para fixação dessas famílias no espaço em pauta.

Após realizarem necessária historicização dos conceitos e refletirem sobre o imaginário e estigmas construídos sobre os ciganos, os autores retomam então as narrativas do processo de instalação de famílias ciganas na cidade, demonstrando como essa experiência reproduz, em pequena escala, uma figuração universal representada pela divisão entre *Estabelecidos* e *Outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000). De um lado, aos *Estabelecidos* corresponderia a posição “superior” dos moradores da região, que emitiam juízos negativos a respeito dos ciganos como pessoas de estirpe “inferior”;

noutro, os *Outsiders*, representados pelos ciganos recém-chegados, os quais eram vistos como “ameaças”, como portadores de comportamentos e costumes indesejáveis ou recorrentemente submetidos a julgamentos depreciativos.

A reconstituição cuidadosa dessa sociodinâmica da estigmatização de um ponto de vista histórico contextual, e com base nas próprias falas dos ciganos abre aos autores, então, a oportunidade para refletir sobre uma série de particularidades das reconfigurações identitárias dentro das relações grupais em pauta (reenquadramento do passado; ethos grupal, limites de pertencimento, dinâmicas de parentescos e alianças), que vale a pena atentar na leitura. Vide, por exemplo, nas falas dos entrevistados como se redefine a dualidade entre *andador* e *morador*; entre *nômades* e *sedentários*, ao que se vincula, inclusive, o título do capítulo. Ou até mesmo a questão dos efeitos de estigmatização grupal sofridos pelos ciganos, as estratégias esquivas e os “reendereçamentos” que podem provocar nas relações intragrupais. Seja como for, ao fim e ao cabo, os autores demonstram como os ciganos conseguem (res)significar suas identidades sociais em uma tensão constante entre as representações e categorizações estigmatizantes que lhes são impostas, e as suas formas de resistência, simbolização de unidade e luta pelo reconhecimento de uma forma particular de ser e estar no mundo social.

No terceiro artigo desta seção, intitulado *OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: Condicionantes e lógicas do engajamento político de lideranças pentecostais da Igreja Assembléia de Deus em Imperatriz - MA*, Bezaliel Alves e Wheriston Neris objetivam analisar as intersecções entre o universo evangélico e a política no Brasil contemporâneo através da exploração das lógicas simultaneamente coletivas e individuais de engajamento político de lideranças da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Imperatriz (IEADI). Com base no recurso a diversas estratégias metodológicas combinadas, tais como observação direta, entrevistas, exploração de arquivos e publicações institucionais, os autores levantam questões pertinentes a respeito das modalidades, processos e condicionantes dessa forma de participação política, com foco especial sobre os agentes mais destacados por esses trânsitos e mediações.

Enfrentando o desafio de objetivar uma denominação religiosa bastante representativa no Brasil e particularmente na região imperatrizense, os autores articulam quatro principais eixos de exploração da temática. Em primeiro lugar, realizam um balanço breve das produções bibliográficas nacionais a respeito da atuação evangélica na política brasileira, com a finalidade de delimitar os contornos, padrões e peculiaridades dessa interação entre as esferas religiosa evangélica e o campo político. Em seguida, os autores trazem elementos para compreender os processos de institucionalização e de recomposição organizacional da Assembleia de Deus em uma região de forte presença evangélica, como

aquele que caracteriza a fronteira amazônica maranhense. Na sequência, são os padrões, modos de filtragem, os princípios de seleção e preparação que são destacados ao lado dos perfis sociais dos entrevistados, revelando algumas das recorrências nas triagens que operam dentro da ordem institucional. Por fim, e não menos importante, buscam explorar as percepções de lideranças locais selecionadas a respeito das relações mantidas com as instâncias e dinâmicas convencionais da política (partidos, eleições, bases ideológicas, pautas e modos de representação).

Com efeito, à semelhança dos demais capítulos reunidos, reencontramos aqui um esforço instrutivo de combinação entre três níveis de análise cuja articulação parece bastante útil para orientar estudos sobre o tema em pauta. De início, pelo esforço de retomar uma rica e diversificada bibliografia no campo das Ciências Sociais que, embora não constitua propriamente uma novidade temática, tem produzido excelentes contribuições para pensar as relações complexas entre Igrejas Evangélicas, candidaturas e eleições no Brasil. Em segundo lugar, destacaríamos a opção por discutir as dimensões mais propriamente institucionais que filtram e controlam a seleção de candidaturas e a constituição dos representantes. Aqui entram em pauta desde as peculiaridades do *ethos religioso*, as particularidades do processo de institucionalização e as lógicas próprias de enquadramento, filtragem e preparação dos agentes encarregados de se investirem na política, como será visto.

Em um terceiro nível, que designaríamos como individual, podemos observar então as propriedades sociais destes agentes, o que constitui etapa fundamental para evitar alguns vícios de linguagem, como caracterizar, por exemplo, instituições, grupos e/ou coletivos religiosos como unidades homogêneas. É desse ângulo, inclusive, que vale a pena estudar as percepções subjetivas desses agentes sobre suas trajetórias, a respeito dos condicionantes de seus investimentos na política e suas posições com relação à mediação que realizam entre as esferas sociais em pauta. E é neste ponto que o refinamento da análise pode ajudar a compreender o universo em pauta de uma perspectiva menos substancializada, dando espaço para apreender algumas das ambiguidades e peculiaridades desse modo de participação política.

A questão da variação de escalas, da construção identitária e dos processos de estigmatização voltam à cena, por seu turno, no instigante estudo de Bruno Barros dos Santos e Rogério de Carvalho Veras, intitulado: *Maria Bonita de Tocantinópolis: história de vida de uma mãe-de-santo do Norte Tocantinense*. A escala aqui já não é a de coletivos ou grupos, mas declaradamente individual. Trata-se de explorar as narrativas de vida de Maria do Rosário - mais conhecida como Maria Bonita - suas entidades e de algumas de suas filhas de Santo, bem como diversas anotações registradas em caderno de campo

ao longo de diversos anos de pesquisa (2010-2015) na Tenda Jorge Guerreiro, cidade de Tocantinópolis - TO, para problematizar dimensões importantes das experiências identitárias de religiões afro-brasileiras na região.

Quer dizer, ao acompanhar com profundidade as memórias de diversos informantes - incluídas aquelas obtidas em várias entrevistas e conversas com a referida mãe de santo – reencontramos não apenas as particularidades e vicissitudes de uma trajetória única, como também parte da realidade social e coletiva de umbandistas estigmatizados e de mulheres negras e independentes no espaço em pauta. Porém, convém notar que embora a religião seja tomada como um dos fios condutores da reconstituição de sua história de vida pelos autores, notadamente as relações com os guias espirituais, a análise das diversas etapas, ciclos e esferas de vida da personagem são tomadas como processos bastante dinâmicos, plurais e não evidentes.

Nesse sentido, parece adequada a definição dos autores de que a história de vida de Maria Bonita nos é apresentada sob o signo da pluralidade e da resistência. A começar pelos diferentes papéis que assumiu ao longo de sua vida e dos estigmas e categorizações que recebeu na condição de mulher, mãe e sacerdote de umbanda, entre outras. Soma-se a isso o fato de que, nessas condições, o *fazer-se mãe de santo* resulta de um processo complexo de mediação que interpenetra o sagrado e o profano; o íntimo e o coletivo; a liberdade e o dever, enfim, exigindo toda uma série de negociações e acordos. Por fim, e não menos importante, a própria diversidade dos relatos, as lacunas e os novos fragmentos de memória acionados pelos vivos a respeito da médium denotam que, mesmo com sua partida, sua história de vida se renova continuamente através dos relatos e memórias produzidas no tempo presente.

Os capítulos que compõem a Parte III, *Instituições, Sujeitos e Experiências*, voltaram-se ao estudo das instituições e da agência dos sujeitos no Estado do Maranhão. As pesquisas apresentadas direcionam-se, particularmente, a grupos que possuem uma experiência e conhecimentos socialmente subalternizados, a partir de clivagens sociais como geração, gênero, raça e dependência química.

O capítulo de autoria de Jéssica Lima e Emilene Sousa destaca a distinção entre o fazer antropologia *sobre* as crianças e *com* as crianças. As pesquisadoras dedicam-se à análise da autonomia infantil em situações de abrigo, a partir da análise da Casa da Criança, uma instituição de acolhimento com sede na cidade de Imperatriz/MA. O

texto aprofunda-se nas estratégias de autonomia desenvolvidas pelas crianças quando inseridas em um espaço institucional caracterizado pelo cuidado/vigilância excessiva do Estado. A partir da pesquisa etnográfica (GEERTZ, 1989), as pesquisadoras exemplificam as formas de desenvolvimento da agência infantil na experiência das crianças em situação de institucionalização.

Na linha dos estudos que se voltam à análise das instituições sociais e da agência dos sujeitos, a pesquisadora Ana Luísa Naslauský e o pesquisador Wellington Conceição apresentam um estudo voltado à relação entre drogas e moralidade na sociedade brasileira, a partir da análise de matérias jornalísticas publicadas no estado do Maranhão. O capítulo resgata, de modo sucinto, o histórico e perfil do proibicionismo na política de drogas no país e a análise da recepção das políticas de drogas sob o viés das moralidades. Respaldados por este histórico, os pesquisadores propuseram uma análise do proibicionismo como estratégia utilizada pela política de drogas por meio do discurso midiático. Com foco nas reportagens publicadas pelos principais portais de notícias do estado do Maranhão os pesquisadores concluem que a abordagem proibicionista, particularmente pelo viés da criminalidade, baseia-se em aspectos da moralidade tais como referências religiosas, atuando como reforço para a definição dos estereótipos atribuídos ao grupo.

As pesquisadoras Luiza Lepos e Vanda Pantoja, autoras do capítulo *Uma análise do gênero na educação básica a partir dois livros didáticos de sociologia*, apresentaram um estudo minucioso sobre o lugar das pesquisadoras na produção do conhecimento nas Ciências Sociais, em especial no que toca à produção científica sobre gênero. A análise parte da adoção de métodos qualitativos e quantitativos dos livros didáticos de sociologia adotados pelas escolas públicas com sede na cidade de Imperatriz/MA. A perspectiva teórica adotada pelas autoras considera os processos de exclusão da mulher na esfera pública como imposição de um sistema moderno colonial de gênero (LUGONES, 2014b). A abordagem decolonial é, portanto, apresentada como fundamental para a compreensão da interseccionalidade étnico-racial, classe e sexualidade. O capítulo expõe um histórico sobre a presença da sociologia no ensino médio, seguido pela análise dos documentos institucionais, como os PCNs e o PNLD. Como conclusão, as autoras apresentam uma crítica à produção científica, em especial sobre gênero, respaldada por uma teoria eurocentrada e masculinista, reproduzindo desta feita, uma série de desigualdades de gênero.

O último capítulo da Parte III buscou compreender a ação da Polícia Militar frente aos casos de violência doméstica na cidade de Imperatriz/MA. Os autores Edisio Junior e Maciel Cover utilizam-se da observação participante, propiciada pelo vínculo institucional do primeiro autor à Polícia Militar do Estado do Maranhão, como metodologia e ainda como estratégia para acesso aos sujeitos pesquisados-agentes vinculados aos plantões

de rua e à patrulha Maria da Penha (PMP). Por meio de questionários *online*, elaborou-se uma análise da abordagem policial, nos dois grupos, que apontou para as ausências, e os procedimentos de (re)vitimização das mulheres vítimas de violência doméstica, indicando ainda a importância de conhecer e problematizar a ação da polícia militar. Com a contribuição dos agentes policiais, a partir dos relatos colhidos pelos questionários, os autores exploraram temas comumente vinculados à violência doméstica, tais como uso da força física, dependência financeira, influência do uso de álcool, personalidade do agressor e percepções dos agentes sobre as mulheres vítimas de violência, entre outros temas. O capítulo conclui destacando o impacto positivo da capacitação dos agentes no atendimento as ocorrências de violência doméstica, analisado pelas abordagens dos grupos estudados.

Elaborado sob muitas mãos, mentes e experiências, este livro materializa aprendizagens, ensinamentos e o trabalho intelectual de um grupo de pesquisadores e nossos interlocutores e interlocutoras, aos quais agradecemos imensamente ao fim desta introdução.

“Arrocha na leitura!”

Boa leitura!

Imperatriz, 25/04/2022.

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Karina Almeida de Sousa

Wheriston Silva Neris

SUMÁRIO

PARTE I- CIDADES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS URBANAS NA PANDEMIA

CAPÍTULO 1..... 1

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS CIDADES NA LITERATURA SOCIOLOGICA CLÁSSICA

Angélica Lima Melo

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202091>

CAPÍTULO 2..... 19

ESTIGMAZAÇÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO URBANA DA VILA ESPERANÇA EM IMPERATRIZ - MA

Glenda Almeida Matos Moreira

Jesus Marmanillo Pereira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202092>

CAPÍTULO 3..... 40

AS MODIFICAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ - MA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Greacy Kelly Rodrigues Azevedo

Emilene Leite de Sousa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202093>

CAPÍTULO 4..... 64

MOTORISTAS URBANOS EM TEMPOS DE COVID-19: REPRESENTAÇÕES SOBRE COTIDIANO, MEDO E TRABALHO EM IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

Ana Paula Pinto Pereira

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202094>

PARTE II - GRUPOS ÉTNICOS, RELIGIÕES E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA MARANHENSE


CAPÍTULO 5..... 80

INDÍGENAS KRIKATI E MULHERES QUEBRADOURAS DE COCO BABAÇU NA AMAZÔNIA MARANHENSE

Francisca Regilma de Santana Santos

Leandro Araújo da Silva


Vanda Pantoja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202095>

CAPÍTULO 6..... 100

“NOSSA CASA ERA O CHAPÉU”: MOBILIDADE E PARADA COMO QUESTÕES PARA COMPREENDER OS CIGANOS CALON EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

Janeide da Silva Cavalcante
Wellington da Silva Conceição
Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202096>

CAPÍTULO 7..... 118

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: CONDICIONANTES E LÓGICAS DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DE LIDERANÇAS PENTECOSTAIS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ - MA

Bezaliel Alves Oliveira Junior
Wheriston Silva Neris

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202097>

CAPÍTULO 8..... 144

MARIA BONITA DE TOCANTINÓPOLIS: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MÃE-DE-SANTO DO NORTE TOCANTINENSE

Bruno Barros dos Santos
Rogério de Carvalho Veras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202098>

PARTE III - INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E EXPERIÊNCIAS

CAPÍTULO 9..... 167

SOBRE PÁSSAROS E GAIOLAS: UMA ANÁLISE DA AGÊNCIA INFANTIL EM UMA CASA ABRIGO DE IMPERATRIZ


Jéssica de Sousa Lima
Emilene Leite de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202099>

CAPÍTULO 10..... 191

PROIBICIONISMO BRASILEIRO E MORALIDADES NA OPINIÃO PÚBLICA: O PAPEL DA MÍDIA MARANHENSE

Ana Luísa Rocha Martins Naslausky
Wellington da Silva Conceição
Beatriz Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020910>

CAPÍTULO 11..... 209

UMA ANÁLISE DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Luiza Maria Paixão Lemos

Vanda Pantoja


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020911>

CAPÍTULO 12..... 235

INTERPRETANDO A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM CASOS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ / MA

Edisio Do Ó Loiola Junior

Maciel Cover

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020912>

SOBRE OS AUTORES 261

SOBRE OS ORGANIZADORES 266

**PARTE II - GRUPOS ÉTNICOS, RELIGIÕES E
NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA
AMAZÔNICA MARANHENSE**

INDÍGENAS KRIKATI E MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NA AMAZÔNIA MARANHENSE

Data de aceite: 03/08/2022

Francisca Regilma de Santana Santos

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: regilma.francisca@discente.ufma.br.

Leandro Araújo da Silva

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz. E-mail: leandro.araujo@discente.ufma.br.

Vanda Pantoja

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: vanda.pantoja@ufma.br.

RESUMO: Este trabalho aborda os processos de existir e resistir de indígenas da etnia Krikati e mulheres quebradeiras de coco babaçu, ambos os grupos situados no estado do Maranhão, Nordeste do Brasil, Amazônia Maranhense. Nossa proposta parte da seguinte problemática: como sujeitos em situação de fronteira constroem as ações que têm como finalidade a defesa de sua existência? Partimos dos discursos de indígenas do povo Krikati e das mulheres quebradeiras de coco organizadas a partir do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), no

intuito de compreender as diferentes estratégias utilizadas em situação de conflito e ameaça de retirada do direito aos territórios. O ponto que coloca essas pessoas em relação é a condição de fronteiriços, tanto geográfica quanto social (MARTINS, 2018), em decorrência da localização geográfica e do lugar social que ocupam. Essa dupla condição pode indicar que os processos de dominação sobre esses agentes se dão com maior efeito. Nossas observações têm caminhado no sentido de perceber os elementos públicos e ocultos desses movimentos de resistir. A pesquisa tem nos indicado que os processos de construção e vivência de ações que prezam pela existência, elaboradas por esses sujeitos, guardam elementos tanto da política quanto da infrapolítica (SCOTT, 2000).

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia Maranhense. Resistências. Mulheres. Quebradeiras de coco babaçu. Indígenas Krikati.

KRIKATI INDIGENOUS AND WOMEN QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU IN THE AMAZON MARANHENSE

ABSTRACT: This work addresses the processes of existing and resisting of indigenous Krikati ethnicities and quebradeiras de coco babaçu, both groups located in the state of Maranhão, Northeastern Brazil, Amazon Maranhense. Our proposal starts from the following problem: how do subjects in a border situation build actions that aim to defend their existence? We start from the speeches of indigenous people of the Krikati people and women quebradeiras de coco babaçu organized from the Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), in order

to understand the different strategies used in situations of conflict and threat of withdrawal of the right to the territories. The point that puts these people in relationship is the condition of frontiers, both geographical and social (MARTINS, 2018), due to the geographical location and social place they occupy. This double condition may indicate that the processes of domination over these agents take place with greater effect. Our observations have moved towards perceiving the public and hidden elements of these resistance movements. Research has shown us that the processes of construction and experience of actions that value existence, elaborated by these subjects, keep elements of both politics and infrapolitics (SCOTT, 2000). **KEYWORDS:** Amazon Maranhão. Resistances. Women. Quebradeiras de coco babaçu. Krikati Indians.

INDÍGENAS KRIKATI Y MUJERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU EN LA AMAZONIA MARANHENSE

RESUMEN: Este trabajo aborda los procesos de existencia y resistencia de las etnias indígenas Krikati y quebradeiras de coco babaçu, ambos grupos ubicados en el estado de Maranhão, noreste de Brasil, Amazon Maranhense. Nuestra propuesta parte del siguiente problema: ¿cómo los sujetos en situación de frontera construyen acciones que apuntan a la defensa de su existencia? Partimos de los discursos de indígenas del pueblo Krikati y de mujeres quebradeiras de coco babaçu organizadas por el Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), con el fin de comprender las diferentes estrategias utilizadas en situaciones de conflicto y amenaza de retirada del derecho a los territorios. El punto que pone en relación a estas personas es la condición de fronteras, tanto geográficas como sociales (MARTINS, 2018), por la ubicación geográfica y el lugar social que ocupan. Esta doble condición puede indicar que los procesos de dominación sobre estos agentes se dan con mayor efectividad. Nuestras observaciones se han movido hacia la percepción de los elementos públicos y ocultos de estos movimientos de resistencia. Las investigaciones nos han mostrado que los procesos de construcción y vivencia de acciones que valoran la existencia, elaborados por estos sujetos, conservan elementos tanto de la política como de la infrapolítica (SCOTT, 2000).

PALABRAS CLAVE: Amazonia Maranhão. Resistencias. Mujeres. Quebradeiras de coco babaçu. Indios Krikati.

1 | INTRODUÇÃO

É com a perspectiva de repensar o território e os diferentes povos que habitam as Amazônias Maranhenses¹ que temos como objetivo compreender como as populações extrativistas, em particular as mulheres quebradeiras de coco babaçu organizadas a partir do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), na cidade de Imperatriz, Maranhão (MA), e o povo indígena Krikati narram suas experiências de constantes

1. Usamos o termo no plural por acreditar que são muitas as formas de experienciar o território. A Amazônia, mesmo a maranhense, apresenta ampla sociobiodiversidade. Assim, a Amazônia vivida pelas quebradeiras de coco e pelos povos indígenas apresenta sentido diferente, às vezes oposto, do sentido atribuído à Amazônia dos grandes latifundiários ou do trabalhador urbano.

conflitos em face das políticas públicas que, de acordo com o Estado, visam desenvolver a região e o local. Assim, nossa pesquisa visa tratar sobre resistências de ambos os agentes citados, frente aos desafios que são apresentados a eles como realidades.

O trabalho é ancorado em uma perspectiva crítica, decolonial e parte das experiências, dos saberes e dos pontos de vista dos interlocutores, com o propósito de pensar a construção de *conhecimentos localizados* (HARAWAY, 1988), a partir de seus contextos geográficos e sociológicos. Tal postura deixa implícita uma crítica à modernidade e ao modelo objetivo, racista e sexista de produzir conhecimento.

As ações de resistências de sujeitos subalternizados acontecem, quase sempre, no campo do *infrapolítico* (SCOTT, 2000), isto é, na esfera da política não pública. Isso se deve ao reconhecimento do desequilíbrio de poder entre os sujeitos em relação. Por infrapolítico, James Scott (2000) entende não um modo menor de política, mas “[...] a luta discreta que os grupos subordinados exercem todos os dias e que está, assim como os raios de infravermelho, para lá da parte visível”² (p. 217, tradução nossa). Em nossa pesquisa de campo, o infrapolítico aparece pelos atos de rebeldia nos encontros de formação, oficinas e nas conversas reservadas em grupos de mulheres que compartilham seus pensamentos e opiniões.

Essas ações, por mais limitadas que pareçam ser, do ponto de vista das mudanças – pois elas, por si só, não são capazes de provocar rupturas estruturais nos sistemas de opressão que essas mulheres vivem –, são ações importantes que apontam mudanças, sobretudo no que se refere ao alívio das tensões do indivíduo e do grupo, assim como constituem momentos ímpares de solidariedade e reforço da ideia de pertencimento. María Lugones (2014) lança mão da noção de infrapolítico e chama de *subjetividade ativa* a capacidade de agência, mesmo que mínima, de pessoas que resistem às múltiplas opressões. São sujeitos para os quais “legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negados à subjetividade resistente” (LUGONES, 2014, p. 940).

Por sua vez, Patricia Hill Collins (2019) trata sobre resistências a partir do feminismo negro e entende que é fundamental o reconhecimento das condições do eu, no contexto da dominação. A autora chama tal processo de *autodefinição*, que resulta em movimentos de resistência que nem sempre são publicizados, mas que são subsídios para processos de resistências públicas que ocorrem cotidianamente (COLLINS, 2019). Sem essa dimensão de ações do infrapolítico, as ações de resistência explícitas não seriam possíveis.

Nas ações de resistir de povos indígenas, nessa região do MA, as dimensões do político e do infrapolítico são notáveis. Em tempos recentes, a agudização dos processos

2. No original: “[...] la lucha sorda que los grupos subordinados libran cotidianamente se encuentra – como los rayos infrarrojos – más allá del espectro visible”. (Scott, 2000, p. 217).

de dominação tem levado a uma maior percepção das resistências públicas desses sujeitos. A internet tem sido o meio privilegiado, mas não o único, em que as ações dos povos indígenas contra a violação de direitos têm ocorrido. Chamamos esse fenômeno de resistência via rede de resistência pública. Já as ações realizadas no interior das aldeias, nos grupos reduzidos e no cotidiano caracterizam a dimensão infrapolítica.

Para as quebradeiras de coco babaçu, a dimensão do resistir está presente, fortemente, via consolidação do MIQCB, organizado por elas em meados dos anos 1990 (MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, [2020?]), e nas resistências cotidianas no interior dos territórios, comunidades, coletivos autônomos (associações e famílias), não necessariamente vinculados, institucionalmente, ao Movimento.

A noção de infrapolítico (SCOTT, 2000) é importante para nós no momento que permite um diálogo com as experiências dessas sujeitas, enquanto possibilidade de construção de um conhecimento situado (HARAWAY, 1988). Assim, ações consideradas comuns, aquilo que Scott (2000) chama de *resistências cotidianas*, conformam, na fala delas, o próprio ato de existir, como movimento cotidiano de resistências à matriz de dominação que se apresenta a elas de modo interseccional, por sua classe, raça, gênero, grau de instrução e origem geográfica.

O trabalho tem como suporte metodológico várias técnicas do método etnográfico: leituras, observações, entrevistas, participações em reuniões, consultas a atas e outros documentos, coletados no período de 2019 e 2020, assim como as experiências do autor e das autoras enquanto sujeito e sujeitas que partilham memórias camponesas e habitam esse lugar de fronteira. O texto está organizado em três partes. Primeiramente, contextualizamos o lócus da pesquisa, apontando algumas variáveis que possibilitam ao leitor compreender as relações que por esse espaço se reproduzem. Assim, temos, como ponto inicial, a noção de fronteira (MARTINS, 2018).

Em seguida, mostramos as produções de *subjetividades ativas* e processos de resistência de mulheres quebradeiras de coco babaçu que, organizadas por meio do MIQCB, têm atuado em defesa de seus territórios. Além do lugar de conflito e de degradação do humano, apontamos a fronteira como lócus de produção de *subjetividades ativas*, capazes de produzir modos contextualizados de resistir que têm, nas *experiências* dessas mulheres, razões de autoafirmação, enquanto sujeitas de uma identidade coletiva. Na terceira e última parte, mostramos como o povo Krikati tem se mobilizado frente ao contexto atual de ameaças e violações aos direitos indígenas, por meio de sua inserção no que denominamos, inicialmente, de *movimento indígena*, especialmente no contexto da fronteira amazônica, no MA. Em seguida, tecemos algumas considerações.

A FRONTEIRA COMO LIMITE E COMO POSSIBILIDADE

A denominação Amazônia Maranhense é pouca utilizada pelos maranhenses, em geral e pelo Estado, enquanto agente de políticas públicas; é pouca, também, a referência no meio acadêmico, na forma de recorte espacial de pesquisas. Compreendemos esse fato como reflexo de um Ensino Básico precário no que refere ao Ensino de Geografia, em particular nosso pouco saber sobre cartografia, e ao frágil entendimento dos amazônidas sobre sua condição de habitantes da Amazônia.

Não podemos desconsiderar essa falta de reconhecimento enquanto amazônidas como fruto do olhar de subalternização que se produziu sobre a Amazônia e sobre os povos que habitam esse vasto território. Esse olhar quase sempre desconsiderou a presença de sujeitos nessa região configurada na tese do *espaço vazio*, ou considerou os habitantes da Amazônia como sujeitos produto do meio natural, isto é, condicionados por uma natureza hostil e selvagem, sendo, portanto, ambos, território e sujeitos, inviáveis do ponto de vista econômico, dentro de uma concepção de mercado.

De forma geral, todas as questões acima mencionadas orientam nosso olhar para pensar a Amazônia, não apenas a maranhense, como lugar que melhor traduz aquilo que Lugones (2014) chama de *dicotomia entre humanos e não humanos* como tema de centralidade na modernidade colonial. É dessa perspectiva que olhamos a fronteira.

As ausências são verificáveis não apenas do ponto de vista de uma autodefinição enquanto povo, isto é, de uma identidade amazônica não consolidada. De acordo com Martins e Oliveira (2011, p. 10), há um “vazio de conhecimento” da biodiversidade local, e o saber sobre esse território e seus habitantes é vago e rarefeito.

Nesse contexto, do ponto de vista do uso do território, o MA é o estado da Amazônia Legal que possui menor grau de ocupação do espaço com áreas protegidas, apresenta alto grau de desmatamento e fragmentação florestal e um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (MARTINS; OLIVEIRA, 2011). O trabalho de Martins e Oliveira (2011) ainda aponta que a vegetação natural restante da Amazônia Maranhense representa menos de 25% da original, o que indica um alto grau de ocupação humana e predatória.

Para além do entendimento da Amazônia como espaço vazio, a compreensão dela como fronteira, tanto geográfica quanto sociológica, vê esse espaço como lugar do conflito, da exploração, da ausência de empatia, da produção de alteridades, “cenário de intolerância, ambição e morte” (MARTINS, 2018, p. 9), no qual a esperança estaria em situação *residual*. Martins (2018), ao tratar de fronteira, discorre sobre como o capitalismo, de tempos em tempos, engendra contornos específicos e altera formas de organização social e do trabalho, ao produzir, assim, o *Outro*, nunca sujeito, sempre subalternizado,

quase não humano.

A fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (MARTINS, 2018, p. 11).

A distinção entre humanos e não humanos, centralidade distintiva da fronteira, na visão de Martins, e centralidade distintiva da modernidade, para Lugones (2014), leva à degradação do Outro, à morte corriqueira, à maior ausência do Estado em relação ao restante do território nacional. Essas e outras questões concorrem para que tenhamos, em lugares de fronteira, uma leitura factual entre dominados e dominantes, entre quem chega e quem já se encontra. É estabelecida uma relação de dominação dos primeiros para com os últimos. Os processos de resistir passam despercebidos em função do caráter factual das leituras que prezam pelo caráter público das contestações e pela própria forma como se apresenta o ato de resistir: cotidiano, ordinário, privado, às vezes individual.

O município de Imperatriz, localizado na região Sudoeste do estado do MA, foi fundado em julho de 1852 e elevado à categoria de cidade em abril de 1924, conforme Franklin (2005). Essa região, antes de tornar-se município, era habitada por diversos povos indígenas, e a denominada “matas gerais” estava intacta até a dita “derrota” dos Timbira, que teria sido imposta pelos criadores de gado, e o aldeamento dos Gavião e Krikati em 1852 (FRANKLIN, 2008, p. 19). Antes, os criadores de gado teriam alcançado o rio Tocantins ainda no início do século XIX (CABRAL, 2008).

Para Franklin (2005), a rodovia Belém-Brasília (BR-010), construída no governo de Juscelino Kubitschek, no final dos anos 1960, tornou-se um elemento importante para compreensão da história econômica local. De acordo com o autor, a cidade teria sido “fundada em 1852 e refundada em 1960”, tamanha a força que a BR impôs às trocas regionais econômicas; além disso, a construção da via é causa e consequência de uma série de ações que viabilizaram a expansão das chamadas frentes pioneiras sobre as terras da Amazônia, incluindo o MA (FRANKLIN, 2008, p. 127-128).

Desde a dinamização dos fluxos entre a Amazônia Oriental e o resto do Brasil, com a construção da BR-010 no final dos anos 1960, até a implantação dos planos de desenvolvimento agropecuário, a exemplo do MATOPIBA³, os processos de ocupação dos territórios das Amazônias têm deixado, como herança, um conjunto social de desterritorializados. O avanço do mercado, em regiões até então não alcançadas pelo

3. Acrônimo formado pela junção das siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A região agrupa 337 municípios, o que representa cerca de 73 milhões de hectares, e sua área compreende por volta de 324 mil estabelecimentos agrícolas e mais 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas, 781 assentamentos de reforma agrária e 34 áreas quilombolas (BELCHIOR; ALCÁNTARA; BARBOSA, 2017).

capital, a relativa ausência do Estado e o estabelecimento de relações conflituosas por territórios demarcam uma situação de fronteira. Demarcam, também, a ocorrência de modos específicos e criativos de resistências para continuar existindo.

A FRONTEIRA COMO POSSIBILIDADES: MULHERES E OUTRAS SUBJETIVIDADES

No contexto de encontro de diferentes temporalidades, espacialidades e humanidades, na fronteira geográfica entre os estados do Piauí, Pará, Tocantins e MA, estão as quebradeiras de coco babaçu. Conforme dados de relatório da ActionAid⁴, são mais de 300 mil mulheres agroextrativistas que exercem a atividade de extrativismo do coco babaçu, além de outras culturas que envolvem manejo da água e da terra (SILVA, 2009; ACTIONAID, 2015 apud PITTA; VEGA, 2017).

Tais modos de vida convivem com pautas desenvolvimentistas, as quais fazem crer que, nesses lugares fronteiriços, onde o capital adentra, os espaços são abertos e disponíveis para a expansão das lógicas. Essas lógicas são pautadas no que Arturo Escobar (2005) desenvolve como *capitalcênicas*, quando, “no centro da narrativa do desenvolvimento, [...] tendem a desvalorizar ou marginalizar” outras possibilidades não capitalistas (GIBSON; GRAHAN, 1996 apud ESCOBAR, 2005, p. 68), ou ter essas outras como interferências no percurso do desenvolvimento e do progresso.

A ocupação dos territórios – antes de uso comum – por fazendeiros, empresários e representantes do agronegócio é decorrente da atração para a região, gerada por políticas públicas que incentivam sua ocupação, com os discursos de desenvolvimento como mote. Dessa forma, há o impedimento do livre acesso das mulheres aos babaçuais, o que as coloca em situação de vulnerabilidade para exercer o laboro tradicional da lida com o babaçu.

Diante desse cenário de disputa territorial, elas consolidam formas de resistir baseadas em seus saberes, como as negociações com os novos proprietários da terra. Simulam ações de submissão em relação a eles, com gestos de solicitar *autorização para “entrar” na terra*. Recorrem até à criação de novas formas, como o acesso à propriedade (babaçuais) sem consentimento, para coletar o coco, ao compreender que este é seu por direito, ou à organização política em entidades, para requerer políticas públicas que garantam seus direitos. Ao passo que simulam concordar com a estrutura de propriedade sobre as áreas de babaçuais, essas mulheres reconhecem e afirmam seu direito ao uso da

4. Organização internacional, fundada em 1972, que está em 43 países. No Brasil desde 1999, atua em mais de 2,4 mil comunidades com 300 mil pessoas, em parceria com comunidades e organizações locais em projetos sobre educação, agroecologia e clima, igualdade de gênero e participação e democracia (ACTIONAID, [2019]).

terra, do território e elaboram estratégias para garantia desse direito.

Assim, de acordo com Scott (2000), alguns processos de resistências, em diferentes tempos e espaços, não são interpretados pela literatura como resistência. Seriam os *discursos ocultos*, que, por não dominarem a cena pública e não provocarem mudanças significativas nas relações de dominação estruturais, não poderiam ser entendidos como resistências. Seriam resistências, critica Scott, apenas aquelas ações forjadas por meio de ações e discursos públicos, capazes de desequilibrar ou exterminar as estruturas que garantem a dominação. Scott não concorda com esse modelo e sugere que a infrapolítica “[...] contém grande parte da base cultural e estrutural dessa ação política visível que, até agora, mais tem atraído a atenção”⁵ (SCOTT, 2000, p. 218, tradução nossa).

Compreendemos, com base também em nossas experiências como amazônidas de origem camponesa, que o *discurso oculto*, enquanto mecanismo de resistência à dominação, tem se constituído como prática cotidiana dos povos das Amazônias como um todo. Porém, destacamos, são as mulheres, dentre elas as quebradeiras de coco babaçu, que expressam, cotidianamente, as resistências.

Se, por um lado, os discursos ocultos e públicos constituem duas dimensões de um mesmo fenômeno – a ação de resistir –, é nos processos de aglomeração daqueles unidos pela mesma condição, nas *reuniões não autorizadas* (SCOTT, 2000) pelos grupos hegemônicos, que os processos de resistência se visibilizam e garantem sua potência. Conforme o próprio Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu ([2020?]), no passado recente das mulheres quebradeiras de coco, o evento protagonizado por elas foi, dentre outros, a articulação interna que culminou na organização do MIQCB, em 1995.

Inicialmente, em 1991, elas realizaram o I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, na cidade de São Luís - MA, que resultou na criação da Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, [2020?]). As pautas desse encontro giravam em torno de lutar pelo direito à terra e ao babaçu, com vistas a dar visibilidade às lutas delas no âmbito de suas localidades.

Três anos depois, em 1995, no II Encontro Interestadual, também em São Luís, houve a consolidação do grupo. Seu objetivo era o de “organizar as quebradeiras de coco babaçu para conhecerem seus direitos, defender a palmeira de babaçu, o meio ambiente e lutar pela melhoria de condições de suas vidas e a de suas famílias” (MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, [2019a?]).

O MIQCB tem sido agente fundamental para a construção da noção de povo

5. No original: “[...] contiene gran parte de los cimientos culturales y estructurales de esa acción política visible que hasta ahora ha atraído más nuestra atención”. (SCOTT, 2000, p. 218).

tradicional no Brasil. Essa elaboração é respaldada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989 – que estabelece a autodefinição como critério fundamental de identificação dos povos e comunidades tradicionais – e pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída em 2007, por meio do Decreto nº 6.040 (BRASIL, 2007).

A Lei do Babaçu Livre é uma das mais importantes conquistas das mulheres quebradeiras de coco. Ela busca a proibição da derrubada da palmeira do babaçu e garante às quebradeiras e às suas famílias o direito de livre acesso e de uso comunitário dos babaçuais. No estado do MA, são oito os municípios com a Lei do Babaçu Livre aprovada, dentre eles: Imperatriz, Cidelândia e Vila Nova dos Martírios, além de um município no estado do Pará e a Lei Estadual do Tocantins (NOVAES; ARAÚJO, 2017). Todavia, a garantia da lei não é necessariamente efetiva em ação cotidiana.

Além de lutar pelo acesso aos babaçuais, as quebradeiras organizadas no MIQCB realizam ações para visibilizar a luta das trabalhadoras do campo pelo direito ao território: uma comitiva de camponesas circulou por três países da Europa (Inglaterra, Bélgica e França) para divulgar suas causas e buscar apoio para suas lutas, entre os dias 24/09 a 12/10/2019 (MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, [2019b?]). O grupo de mulheres visitou instituições financiadoras, universidades e o parlamento europeu para apresentar os desafios da cultura da quebra do coco babaçu pelos quatro estados brasileiros: MA, Pará, Piauí e Tocantins.

Outro exemplo foi a audiência com o governo do estado do MA, em 23/10/2019 – Dia da Quebradeira de Coco – na qual elas apresentaram a demanda para criação da Lei Estadual do Babaçu Livre. Para que aconteçam ações que visibilizem as mulheres para além de seus territórios, são necessárias muitas outras ações, menores, mas tão importantes, a exemplo dos encontros de formação e troca de experiência com outras trabalhadoras e entidades. Tais encontros têm o propósito de partilhar experiências, construir agendas, forjar estratégias de ações em rede, confraternizar-se e celebrar a vida – ações lidas por nós como exemplo das resistências na dimensão do infrapolítico.

O Encontro Regional das Quebradeiras de Coco Babaçu, realizado no município de Amarante do Maranhão - MA, em setembro de 2019, foi um desses espaços de formação, construção de agendas, estratégias e celebração entre as mulheres. Nesse encontro, trabalhadoras dos municípios maranhenses de Imperatriz, Amarante do Maranhão, Cidelândia e Vila Nova dos Martírios estiveram reunidas por dois dias para debater sobre a trajetória de lutas, pela conservação dos babaçuais e em defesa do bem viver. As mulheres contam suas histórias entre si, partilham vitórias e derrotas e, coletivamente, pensam estratégias de resistência para continuar existindo.

Essas mulheres lutam, sobretudo, pela garantia de seus modos de viver em suas territorialidades, razão primeira de suas lutas. Dona Expedita, uma das fundadoras do MIQCB, moradora da comunidade tradicional Água Preta, município de Amarante do Maranhão, comenta sobre a relação entre trabalho e identidade. Ela relata: “Nós viemos para esse lugar ainda criança. Viemos fugindo da seca e da fome. Aqui encontramos um jeito de viver. Hoje a gente tem até uma lei do babaçu, mais ainda falta muito”⁶ (informação verbal).

A memória é outro elemento forte no processo de construção de resistência dessas mulheres. A partir de relatos de experiências passadas e recentes, elas ensinam e aprendem, ao tratarem suas trajetórias como elemento pedagógico. Dona Expedita localiza um tempo em que as relações de trabalho, na cadeia produtiva do coco babaçu, pautavam-se na exploração e ressalta a importância de estar atenta para não permitir retrocessos:

Se a gente não abrir do olho, corre o risco de voltar àquele tempo de trocar coco por comida. Aqui tem ameaça de todo jeito, mas ninguém mexe com a gente. Tem aquelas pessoas que vêm aqui, levam azeite e, ao invés de pagar com dinheiro, querem pagar com panelas, roupas. Sabe aquele tempo de tirar coco pros outros, de ser explorado e virar catadeira de coco? O tempo todo, a gente vive correndo o risco de voltar nele⁷ (informação verbal).

Assim como Expedita, Dona Eunice, coordenadora geral do MIQCB e ex-moradora da Reserva Extrativista (RESEX) do Ciriaco⁸, comenta: “Eu tive que sair de minha casa, minha terra, de minha comunidade, porque eu não aceitava várias coisas, tive minha roça queimada... Me sentia ameaçada”⁹ (informação verbal). A liderança expressa a ideia de não aceitar e se rebelar contra as ameaças de tomadas de território.

A organização do MIQCB envolve, além das agendas de luta pelo território e pela manutenção de modos de vida, estratégias próprias de reprodução material do grupo, a partir da organização do trabalho. A Cooperativa Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, que visa autonomia no processo de comercialização dos produtos derivados do babaçu e elimina, assim, a figura do *atravessador*, é uma organização de grupos produtivos comunitários formados pelas quebradeiras de coco babaçu dos estados do MA, Pará, Tocantins e Piauí.

6. Entrevista concedida em 2019, por Dona Expedita, uma das fundadoras do MIQCB e moradora da comunidade tradicional Água Preta, município de Amarante do Maranhão - MA.

7. Entrevista concedida em 2019, por Dona Expedita, uma das fundadoras do MIQCB e moradora da comunidade tradicional Água Preta, município de Amarante do Maranhão - MA.

8. A RESEX do Ciriaco foi criada pelo Decreto 534, de 20/05/1992, e teve seus limites ampliados pelo Decreto s/n, de 17/06/2010: “[...] localizada no Município de Cidelândia, no Estado do Maranhão, [...] passa a [...] ter área aproximada de oito mil e oitenta e quatro hectares e setenta e nove centiares [8.084,79 ha] [...]. [...] Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados na Reserva Extrativista” (BRASIL, 2010, p. 4-5).

9. Entrevista concedida em 2019, por Dona Eunice, coordenadora geral do MIQCB e ex-moradora da RESEX do Ciriaco.

Fundada em 2009, com sede em São Luís, a cooperativa reúne cerca de 130 associadas de 36 grupos produtivos. Seu propósito é garantir livre acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais, preservar os babaçuais, promover a equidade de gênero e políticas favoráveis ao extrativismo, além da comercialização de produtos do babaçu. De acordo com a já citada coordenadora do MIQCB, “as experiências já concretizadas pela Cooperativa são inspirações de resistência à dominação para a economia tradicional e um estímulo para desenvolver outras formas de sociabilidade”¹⁰ (informação verbal).

A formação da juventude é outro elemento forte nas estratégias de resistir das mulheres. Por meio de projetos realizados com parcerias, procura-se envolver a juventude das e nas comunidades em atividades que possibilitem a sucessão dos modos de trabalhar e viver das quebradeiras, baseando-se no modelo agroecológico de produção.

Todavia, essas ações enfrentam limites. O avanço do agronegócio via MATOPIBA tem sido a preocupação das camponesas, em especial das quebradeiras de coco babaçu. Assinada por mais de quarenta organizações, uma Carta Aberta elaborada por camponesas(es), familiares, povos indígenas, quilombolas, geraizeiras(os), pescadoras(es) e quebradeiras de coco babaçu – reunidas(os) no I Encontro Regional dos Povos e Comunidades do Cerrado, em Araguaína, Tocantins, em novembro de 2015 – teve objetivo de debater acerca do tema *PDA MATOPIBA e as consequências para os Povos do Cerrado*.

Esses povos destacam que o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA-MATOPIBA), instituído por meio do Decreto nº 8.447, de maio de 2015, reproduz a política desenvolvimentista, promove violências, degradação ambiental, trabalho escravo e desigualdades sociais e econômicas no campo brasileiro. Entre os pontos elencados pela Carta, publicada pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT), destacamos:

- Promoverá ainda maior destruição da vida e exclusão de povos do Cerrado, vindo reforçar o crescimento do êxodo rural, o aumento da pobreza e a invisibilidade das populações existentes no território [...];
- Não é um projeto de desenvolvimento sustentável, pois “mata” a água, a terra, o bem viver dos povos indígenas, quilombolas, camponeses e demais comunidades;
- Aumentará a grilagem das terras e a violência física e psicológica contra as populações do Cerrado;
- Aumentará a degradação ambiental, agravando ainda mais os problemas hídricos [...];
- Irá beneficiar apenas as grandes empresas nacionais e multinacionais, os latifundiários do agronegócio, visando somente o seu crescimento econômico;
- Trará mais impactos negativos ao meio ambiente e às populações tradicionais

10. Entrevista concedida em 2019, por Dona Eunice, coordenadora geral do MIQCB e ex-moradora da RESEX do Ciriaco.

do entorno, com destruição das matas e solos pelo uso intensivo de tratores e “correntões” – forma usada para desmatar o Cerrado – e pelo abusivo uso de agrotóxicos com pulverização aérea intensiva [...] (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2015, s. p.).

Além dessas ações, as quebradeiras de babaçu têm investido em formas de visibilizar suas causas em níveis macro. Assim, realizam campanhas internacionais, ocupam espaços nas redes sociais e dialogam com outras organizações sociais. Conforme Eunice, em entrevista, “a gente vai lutar porque não temos nada a perder. Se ficar parado é pior”¹¹ (informação verbal).

A FRONTEIRA COMO POSSIBILIDADE: OS KRIKATI NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA

As relações forjadas entre os Krikati e o Outro podem assumir variadas configurações. Aqui explicitamos as relações de conflitos. Estas podem ser percebidas no contexto de luta pela terra que, conforme Corrêa (2000), tem seu ápice nas disputas em torno da demarcação da Terra Indígena (TI) Krikati, a partir da década de 1970 até o final dos anos 1990. As relações conflituosas permaneceram mesmo após a demarcação, nas etapas de indenizações e desocupação da TI pelos não indígenas que residiam nela: fazendeiros, camponeses, posseiros e sertanejos. O processo de desocupação da TI Krikati pelos não indígenas permanece inacabado, o que é motivo de ações e reivindicações por parte do povo, junto aos órgãos responsáveis pela extrusão dos moradores.

Nesse sentido, no dia 12/11/2021, um grupo de lideranças Krikati realizou ação de mobilização em frente ao prédio da Justiça Federal, em Imperatriz. Na ocasião, protocolaram um documento em que pediam o ingresso do povo, através de suas organizações (a Associação Wyty Cate das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins e o Conselho Indígena Krikati Pep’Cahyc), no processo judicial da TI Krikati. Conforme a liderança Edilena Torino, o movimento teve como objetivo “chamar atenção para um processo de mais de 30 anos e que tem causado transtornos para nós e ainda por cima não temos o usufruto exclusivo e pleno de nossa Terra que já está demarcada e homologada”¹².

Nesse contexto, há elementos e/ou formas daquilo que chamamos de política e de infrapolítica, ou de resistências públicas e discursos ocultos (SCOTT, 2000): públicas, nos aspectos ou ações em que os indígenas se reconhecem em situação de poder e discursam, criticamente, sobre seu sofrimento, ao trazer elementos que estavam ocultos para a cena pública. Os elementos ocultos aparecem como matéria-prima dos processos de resistir, se

11. Entrevista concedida em 2019, por Dona Eunice, coordenadora geral do MIQCB e ex-moradora da RESEX do Ciriaco.

12. Trecho de postagem na rede social Facebook, publicada em 13/11/2021, por Edilena Torino Krikati.

levarmos em conta que as ações públicas são antes discursos ocultos, ações cotidianas. São relações de dominação e resistências que se dão na vida cotidiana – ações que ocorrem no *chão*, na Terra, na Aldeia, nas suas imediações. Muito do que ocorre nesse âmbito da vida não é publicizado, mas constitui movimento de resistir em si e, também, é conformador das resistências públicas, se estas ocorrem.

Assim, as ações de bloqueio da MA-280, realizadas na Aldeia São José, sempre que os indígenas consideram necessário, como forma de reivindicação e mobilização, constituem ações de resistência. Nesse intuito, em setembro de 2013, a MA-280 foi interdita pelos Krikati, em reivindicação da conclusão de obras de construção de guaritas às suas margens, como também exigiam das autoridades o cumprimento de proposta de Emenda Constitucional que retirava do Poder Executivo a atribuição exclusiva de demarcar terras indígenas (INDÍGENAS..., 2013). Reclamavam, ainda, do excesso de velocidade dos veículos que trafegavam por essa rodovia, a qual atravessa a Terra Krikati.

Em junho de 2021, observamos novas ações de bloqueios da rodovia MA-280 realizadas pelo povo Krikati. Dessa vez, a manifestação fazia parte do contexto das mobilizações nacionais contra o Projeto de Lei (PL) 490/2007¹³, durante a ação nacional denominada *Levante Pela Terra*. Também as discussões internas e organização coletiva do povo constituem cimento dessa resistência pública, declarada como forma de bloqueio da rodovia.

Outro aspecto da resistência é que os Krikati, mais precisamente aqueles reconhecidos como sujeitos públicos, representantes indígenas em instâncias organizacionais, para além do âmbito das aldeias, estão em intensos processos de exposição. Essa exposição é tanto do indivíduo, quanto do grupo, e sua fala é sempre a fala coletiva. Esses sujeitos e sujeitas são lideranças políticas que atuam nas organizações indígenas e nas relações com outras sociedades indígenas e não indígenas, Estado, organizações e demais instâncias da sociedade não indígena (SILVA, 2018).

Entendemos a presença e atuação públicas dessas lideranças enquanto aspectos de resistência, forjada diante das necessidades vivenciadas pelo povo em seu cotidiano. Nesse sentido, é representativa a fala de Edilena Torino sobre a ação de protesto em Imperatriz, na qual ela afirma os propósitos da mobilização, isto é, a Terra, ao passo que o coletivo exige sua total liberação da presença de não indígenas, a fim de que possa ser garantido o usufruto exclusivo por parte dos Krikati. A fala de Edilena é uma fala coletiva, como também é a agenda do povo. Como podemos perceber, trata-se de uma luta atual e,

13. O PL 490/2007 “[...] prevê alterações nas regras de demarcação de terras indígenas” (CASTRO, 2021, s.p.). De acordo com essa proposta, a demarcação de uma terra estaria condicionada à comprovação de sua ocupação pelos indígenas em 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

ao mesmo tempo, histórica.

A exposição pública das lideranças indígenas assume caráter de resistência, a depender das circunstâncias e das condições que se impõem a essas sujeitas. As resistências têm como demanda garantir suas próprias condições de existência, enquanto povo etnicamente diferenciado, e a garantia da existência e proteção de seu território. O próprio termo *resistência* está difundido nos discursos das lideranças, tal como nos discursos das organizações em que elas atuam.

Os discursos de resistência estão presentes nas ações conduzidas pelas lideranças, como diálogos, marchas e mobilizações, mas também nas comunidades virtuais nas quais esses sujeitos e instituições atuam. Em vista disso, as resistências às claras, na qual há declarada oposição ao dominador, como as mobilizações realizadas em Imperatriz junto ao órgão governamental, a Fundação Nacional do Índio (Funai), e à Justiça Federal, também os bloqueios de estradas, constituem o que Scott (2000) trata enquanto resistência pública de sujeitos dominados.

Indígenas Krikati e de outras etnias vêm ocupando posições de destaque na defesa de direitos. Trata-se de um processo de construção de protagonismo e constituição enquanto lideranças. Essas indígenas têm passado a ocupar lugares estratégicos para exercer seu lugar de fala e, assim, conferir visibilidade a suas demandas. À frente das organizações e associações indígenas, lideram os processos de luta e tomadas de decisão, nas negociações com o governo e no relacionamento com a sociedade não indígena e suas instituições. No caso do povo Krikati, mencionamos a atuação de várias lideranças que protagonizam a atuação em cenários públicos, na defesa do território, ao reivindicar a proteção deste, de sua cultura, seu modo de vida e sua existência.

Enfatizamos, de modo especial, o movimento e contexto de atuação das lideranças femininas não apenas do MA e do povo Krikati, mas de outros povos desse e de outros estados, como demonstra o trecho que segue no qual a liderança indígena Sonia Guajajara comenta uma das mesas do Encontro dos Povos Indígenas do Maranhão, realizado na TI Caru, no final de novembro de 2020.

Uma mesa para a história. Olha que maravilha: as mulheres estão na função de direção em todas as entidades presentes no nosso evento. E não era um evento específico de ou para mulheres, que reuniu movimento indígena do estado, lideranças, caciques, jovens, guardiões e brigadistas indígenas para definição de ações conjuntas para o ano de 2021. [...] Apib - Sônia Guajajara; Coiab - representada por Puyr Tembê; Coapima - Edilena Krikati; Amima - Thainara Guajajara [...]. Nosso nome é Resistência Viva!¹⁴

14. Trecho de comentário em postagem da rede social Facebook, publicado em 24/11/2021, por Sonia Guajajara.

Com base nos dados disponíveis em cartas e relatórios de assembleias indígenas, como nos sítios virtuais e redes sociais de lideranças, organizações e associações indígenas, podemos mencionar sujeitas de destaque como Arlete Cacutxen Krikati. Ela é, atualmente, presidenta da Associação Wyty Cate das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, com sede em Carolina-MA, e também coordenadora executiva do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Maranhão (CONDISI-MA).

Outras lideranças do movimento indígena maranhense são: Edilena Torino Krikati, que, na atualidade, é coordenadora geral na Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA); e Sílvia Puxcwyj Krikati, quem, como professora indígena, dedicou-se à luta pelas políticas educacionais indígenas estaduais e nacionais. Sílvia participou de fóruns locais, regionais e estaduais sobre educação escolar indígena, atuou no Grupo de Trabalho dos Povos Indígenas do Maranhão, entre 2010 e 2013, além de compor o grupo de trabalho para elaboração das Diretrizes para Educação Escolar Indígena no Estado do Maranhão (SILVA, 2018).

Além das lideranças indígenas mulheres, outras lideranças Krikati têm forte atuação no movimento indígena regional e nacional, a exemplo de Edilson Cryhcryh Krikati, que precedeu Arlete na coordenação executiva do CONDISI-MA; e Lourenço Acyxit Krikati, que teve experiências como vice-coordenador na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), entre os anos 2014 e 2017, além de, anteriormente, ter exercido a função de coordenador geral da COAPIMA.

Essas lideranças atuam no movimento indígena a partir de suas respectivas posições nessas organizações e associações. Suas atuações, como suas trajetórias pelas organizações e suas próprias histórias de vida, configuram meios de resistência. Suas experiências estão diretamente relacionadas à construção e realização de ações locais e nacionais, como protestos, mobilizações, bloqueios de estradas e campanhas; bem como à construção de políticas indígenas e percursos de formação acadêmica. Essas dimensões também estão presentes em suas atuações nas redes sociais digitais, como Facebook e Instagram. O próprio uso dessas ferramentas constitui-se como estratégia de atuação indígena, como meio de visibilizar a luta e buscar parcerias para ela.

Temos observado que, nos espaços virtuais, os indígenas expõem também sua cultura, especialmente Krikati, suas agendas e reivindicações, elementos que eles mesmos definem como resistências. Entendemos que suas ações, nesses âmbitos, configuram-se como ações de resistir, pois se projetam nesses espaços, ao exercer papéis de liderança e protagonismo indígenas. Assim, exercem direito de voz e capacidade de articulação e negociação em defesa de suas demandas, em um movimento de demarcação e ocupação de espaços de poder de enunciação e organização, espaços estes que, historicamente,

foram-lhes negados.

Corroborando com a ideia da agência indígena nos espaços de diálogos e negociações, observamos a afirmação de Edilena Torino, na ocasião de sua eleição como coordenadora geral da COAPIMA, na assembleia indígena de março de 2020, realizada na Aldeia Maçaranduba, TI Caru, município de Bom Jardim-MA:

É um grande compromisso e responsabilidade estar à frente dessa organização, enquanto mulher, enquanto indígena. É um desafio que temos, principalmente nesse contexto e conjuntura políticos que estamos vivendo. Não estarei sozinha. Tenho apoio dos povos do Maranhão. Nosso lema sempre será resistir para existir. Continuaremos na luta em defesa dos nossos territórios, dos nossos recursos naturais e da vida (INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA, 2020, s. p.).

Pelo trecho citado, analisamos que, ao ocupar posições de liderança, essas sujeitas colocam suas agendas para além da Aldeia: numa posição fronteira, fazem a intermediação entre o povo e suas demandas com outros povos e agendas, como também inscrevem as realidades locais no âmbito do movimento mais amplo. Desse modo, fazem com que suas agendas cheguem aos espaços públicos de discussão política e tomadas de decisão. Nesses termos, as lideranças Krikati defendem os Krikati, seu território e suas agendas, ao articular sua luta às lutas de outros povos, a partir da Amazônia Maranhense.

Na fala de Edilena, a unidade da luta indígena encontra-se expressa em “tenho apoio dos povos do Maranhão” e é definida no lema “resistir para existir”. Pelo trecho do discurso, observamos que a defesa dos territórios tem, como objetivo, a defesa da própria vida. Essas sujeitas atuam num complexo de múltiplas relações em que, por vezes, aliam-se ao Estado, quando essa posição lhes é favorável, e noutras vezes atuam exigindo dele, quando entendem que este lhes infringe direitos.

São sujeitas que se apropriam de instrumentos diversos, inclusive dos, até então, considerados não indígenas, para reafirmar o seu ser indígena, a sua existência, a sua cultura, como também o seu território, o seu *lugar* no mundo. Sobre a perspectiva da apropriação de elementos *a priori* considerados não indígenas, trazemos um trecho de entrevista com uma dessas lideranças que, quando questionada sobre a preservação da cultura Krikati, expõe:

Hoje em dia, temos câmera fotográfica, filmadoras, gravadores de áudio, que são ferramentas importantes para tirar fotos, fazer filmagens e divulgar na internet ou nos próprios vídeos. Ou para mostrar para nossa comunidade mesmo, fazer um pequeno vídeo ou um documentário sobre o nosso povo, de um determinado assunto, como festa cultural, e explicar cada detalhe de como uma festa acontece e o que tem que fazer para essa festa realizar. Ela ajuda um pouco a gente a manter e preservar. Também temos aula na nossa

própria língua, que é uma disciplina Krikati-Gavião. Ela é uma conjunção de Krikati, povo do Maranhão, e Gavião. É a mesma língua que a gente fala [...]. Temos professores indígenas capacitados, que dão aula na língua indígena do nosso povo, além de professores que fizeram faculdade e estudaram a cultura do nosso povo na área de cultura, da linguagem e da natureza. Isso é uma forma de manter também a nossa língua, nossos cânticos, porque, além de gravar, a gente escreve a letra da música, como ela é cantada [...] ¹⁵ (informação verbal).

No excerto, percebemos elementos que apontam formas de atuação no contexto do movimento indígena contemporâneo. Por um lado, a apropriação de recursos tecnológicos, como forma de registrar a cultura e, por conseguinte, de colocá-la em circunstâncias de publicidade, isto é, divulgá-la nos meios digitais, constitui, também, uma maneira de obter visibilidade às experiências indígenas. Por outro, a apropriação de elementos da educação, em tese, *não indígena*, é perceptível nos casos dos professores que se formaram em cursos de graduação e estudam elementos do próprio universo indígena Krikati.

Ainda acerca da educação, a formação de professores que ensinam a língua indígena e/ou por meio dela se estabelece, em nossa análise, como aspecto da possibilidade de afirmação de sua existência. Analisamos a apropriação de instrumentos de comunicação digital e da educação escolar pelos indígenas como estratégias de luta e resistência, no contexto da reivindicação de seus direitos e de sua afirmação identitária. Esses instrumentos facilitam aos indígenas transitarem por outros mundos além do seu, como também auxiliam no relacionamento com outros povos (MUNDURUKU, 2012).

A utilização desses instrumentos, oriundos do universo de saberes e técnicos não indígenas, é acompanhada da realização de um trabalho cotidiano nas aldeias, o que, de acordo com Scott (2000), conforma o âmbito da infrapolítica. Trata-se do trabalho de formação e capacitação de indígenas para a utilização de tais instrumentos nos registros da cultura, no que se refere a questões rituais, a exemplo de pinturas corporais e letras de músicas, e no que diz respeito a questões linguísticas e outros saberes próprios do universo indígena.

Esses atos de resistir, ações comuns, localizadas, outrora não publicizadas, no contexto atual das lutas indígenas, são lançados nos espaços públicos, sobretudo nos espaços virtuais de atuação das lideranças indígenas, como forma de uma presença pública de resistência e de reafirmação do ser indígena. Tais práticas configuram uma especificidade do movimento indígena na fronteira. Assim, percebemos a fronteira como lócus privilegiado de atuação indígena, especialmente Krikati.

Em nosso entendimento, essa atuação se dá através da *fala* indígena, da resistência

15. Entrevista concedida em 2019, por Pepyaká Krikati, comunicador indígena.

do povo e das lideranças, por meio de um arsenal de possibilidades que têm, como fim, a afirmação da existência deles. São ações no âmbito das aldeias que se conectam, em rede, a ações nacionais e a ações nas redes sociais na internet – ações no domínio da infrapolítica e no domínio da política.

Essas lutas também assumem formas de resistência às mais variadas formas de opressão, degradação e violências cometidas contra os povos indígenas, dentre as quais podemos citar a resistência na disputa por terras, pela proteção e preservação de seus territórios, no enfrentamento às formas e tentativas de dominação. Nas fronteiras, esses povos têm que resistir e lidar com violências diversas, dentre elas as cometidas, de imediato, pelos grandes empreendimentos capitalistas.

CONSIDERAÇÕES

Os processos de construção de ações de resistências, a partir da fronteira da Amazônia Maranhense, por indígenas Krikati e mulheres quebradeiras de coco babaçu, fazem-se de diferentes modos e usam diferentes estratégias. Não seria exagero dizer que, para esses sujeitos e sujeitas, os processos de resistir se encontram imbricados ao próprio ato de existir.

Nesse sentido, as ações cotidianas, que visam reproduzir a vida no dia a dia, são permeadas de sentido e de força, dada a dureza da vida. Procuramos visibilizar que as dimensões do político e do infrapolítico se imbricam nas ações de resistência. Também objetivamos evidenciar que, muitas vezes, devido a assimetria de poder, ganham relevo as experiências cotidianas, ocultas, em vez daquelas públicas e autodeclaradas como ações de resistência.

No conjunto das ações, os dois segmentos mobilizam repertórios próprios de saberes, mas também incluem outros saberes, outrora considerados como não seus, a exemplo do domínio dos mecanismos tecnológicos dos meios digitais, pelos indígenas, ou a posse de conhecimentos a respeito de burocracias que envolvem construir instituições como o MIQCB, pelas quebradeiras de coco. São ações que se dão no processo de construção de estratégias de resistências que se notabilizem por seu caráter público (político), para além do infrapolítico.

Esses sujeitos coletivos, localizados em suas respectivas experiências geográficas e sociológicas, vivem a fronteira, apontam seus limites, sonham suas possibilidades e se reinventam, cotidianamente, num movimento dinâmico entre as condições objetivas dadas e as condições almejadas.

REFERÊNCIAS

ACTIONAID. **Sobre nós**: Quem somos. [Rio de Janeiro]: [2019?]. Disponível em: <https://actionaid.org.br/sobre-nos/quem-somos/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BELCHIOR, Ernandes Barboza; ALCÂNTARA, Pedro Henrique Rezende; BARBOSA, Cláudio França. Perspectivas e desafios para a região do Matopiba. **Fronteira Agrícola**, n. 16, p. 1-3. Informe Técnico. [Brasília]: Núcleo de Sistemas Agrícolas da Embrapa Pesca e Aquicultura, jan. 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1065435/perspectivas-e-desafios-para-a-regiao-do-matopiba>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Decreto de 17 de junho de 2010. Amplia os limites da Reserva Extrativista do Ciriaco, localizada no Município de Cidelândia, no Estado do Maranhão, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF: Poder Executivo, ano 147, n. 115, p. 4-5, 18 jun. 2010.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF: Poder Executivo, ano 144, n. 28, p. 316-317, 8 fev. 2007.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. 2. ed. São Luís: Eudfma, 2008. (Humanidades, 5).

CASTRO, Carol. O que é o PL 490 e como ele afeta a vida dos povos indígenas? **Ecoa**. Rio de Janeiro, 07 jul. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/07/07/o-que-e-o-pl-490-e-como-ele-afeta-a-vida-dos-povos-indigenas.htm>. Acesso em: 18 dez. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 271-312.

CORRÊA, Kátia Núbia Ferreira. **Muita terra para pouco índio?** O processo de demarcação da terra indígena krikati. São Luís: Edições UFMA/PROIN-CS, 2000.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 63-79. (Sur Sur). E-book.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2005.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, College Park, v. 14, n. 3, p. 575-599, outono 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3178066>. Acesso em: 10 ago. 2020.

INDÍGENAS interdita MA-280, entre Montes Altos e Sítio Novo, no MA. **G1**, [Imperatriz], 24 set. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/09/indigenas-interditam-ma-280-entre-montes-altos-e-sitio-novo-no-ma.html>. Acesso em: 12 dez. 2021.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. **Indígenas do Maranhão realizam encontro de organização e articulação política.** [Brasília], 11 mar. 2020. Disponível em: <https://ispn.org.br/povos-indigenas-do-maranhao-realizam-encontro-de-organizacao-e-articulacao-politica/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. [Seção] Debates. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MARTINS, José de Souza. **Fronreira: a degradação do outro nos confins do humano.** 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, Marlúcia Bonifácio; OLIVEIRA Tadeu Gomes de. **Amazônia maranhense: diversidade e conservação.** Belém: MPEG, 2011. *E-book*.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU. **Floresta babaçu em pé.** São Luís, [2019a?]. Disponível em: <https://www.miqcb.org/floresta-babacu-em-pe>. Acesso em: 20 out. 2021.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU. **Sobre nós.** São Luís, [2020?]. Disponível em: <https://www.miqcb.org/sobre-nos>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU. **União Europeia.** São Luís, [2019b?]. Disponível em: <https://www.miqcb.org/sobre-nos>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990).** São Paulo: Paulinas, 2012. (Educação em Foco – Série Educação, História e Cultura).

NOVAES, Jurandir Santos de; ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. Investimentos econômicos e ações desestabilizadoras sobre povos e comunidades tradicionais: a resistência das quebradeiras de coco babaçu. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., ago. 2017, São Luís. **Anais eletrônicos** [...]. São Luís: PPGPP/UFMA, 2017. p. 1-15. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo12/investimentoseconomicoseacoesdesestabilizadorasobrepovosecomunidadestradicionaisaresis.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

PITTA, Fábio Teixeira; VEGA, Gerardo Cerdas. **Impactos da expansão do agronegócio no MATOPIBA: comunidades e meio ambiente.** Rio de Janeiro: ActionAid/Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2017. *E-book*.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos.** Tradução de Jorge Aguilar Mora. México: Era, 2000. (Problemas de México).

SILVA, Ilma Maria de Oliveira. **Lideranças Krikati: implicações da escola não indígena em suas trajetórias e histórias de vida.** 2018. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7350>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA



Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

